



5° Simulado

Magistratura

TJ MG

Simulado Juiz TJ-MG

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz do TJ-MG;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-12-12-2021>

- | | | | | |
|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| 01 – A B C D | 21 – A B C D | 41 – A B C D | 61 – A B C D | 81 – A B C D |
| 02 – A B C D | 22 – A B C D | 42 – A B C D | 62 – A B C D | 82 – A B C D |
| 03 – A B C D | 23 – A B C D | 43 – A B C D | 63 – A B C D | 83 – A B C D |
| 04 – A B C D | 24 – A B C D | 44 – A B C D | 64 – A B C D | 84 – A B C D |
| 05 – A B C D | 25 – A B C D | 45 – A B C D | 65 – A B C D | 85 – A B C D |
| 06 – A B C D | 26 – A B C D | 46 – A B C D | 66 – A B C D | 86 – A B C D |
| 07 – A B C D | 27 – A B C D | 47 – A B C D | 67 – A B C D | 87 – A B C D |
| 08 – A B C D | 28 – A B C D | 48 – A B C D | 68 – A B C D | 88 – A B C D |
| 09 – A B C D | 29 – A B C D | 49 – A B C D | 69 – A B C D | 89 – A B C D |
| 10 – A B C D | 30 – A B C D | 50 – A B C D | 70 – A B C D | 90 – A B C D |
| 11 – A B C D | 31 – A B C D | 51 – A B C D | 71 – A B C D | 91 – A B C D |
| 12 – A B C D | 32 – A B C D | 52 – A B C D | 72 – A B C D | 92 – A B C D |
| 13 – A B C D | 33 – A B C D | 53 – A B C D | 73 – A B C D | 93 – A B C D |
| 14 – A B C D | 34 – A B C D | 54 – A B C D | 74 – A B C D | 94 – A B C D |
| 15 – A B C D | 35 – A B C D | 55 – A B C D | 75 – A B C D | 95 – A B C D |
| 16 – A B C D | 36 – A B C D | 56 – A B C D | 76 – A B C D | 96 – A B C D |
| 17 – A B C D | 37 – A B C D | 57 – A B C D | 77 – A B C D | 97 – A B C D |
| 18 – A B C D | 38 – A B C D | 58 – A B C D | 78 – A B C D | 98 – A B C D |
| 19 – A B C D | 39 – A B C D | 59 – A B C D | 79 – A B C D | 99 – A B C D |
| 20 – A B C D | 40 – A B C D | 60 – A B C D | 80 – A B C D | 100 – A B C D |

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

01. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, em se tratando da filiação, é correto afirmar que:

- a) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos logo que se estabeleceu a convivência conjugal.
- b) Para fins sucessórios e patrimoniais, é possível que haja diferenciação entre os filhos havidos da relação de casamento e os havidos por adoção.
- c) O adultério da mulher, ainda que confessado, não faz prova suficiente para ilidir a presunção legal da paternidade.
- d) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não faz prova suficiente para ilidir a presunção da paternidade.

02. É permitido, independentemente do regime de bens estabelecido entre os cônjuges, segundo o Código Civil de 2002, que tanto o homem quanto a mulher livremente:

- a) Reivindiquem os bens comuns, móveis ou imóveis, doados ou transferidos pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos.
- b) Alienem ou gravem de ônus real os bens imóveis.
- c) Pleiteiem, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos.
- d) Prestem fiança ou aval.

03. Em se tratando do agente fiduciário, a Lei 9.514/1997 expressamente incumbe-lhe determinados deveres, exceto o de:

- a) Zelar pela proteção dos direitos e interesses dos beneficiários, acompanhando a atuação da companhia securitizadora na administração do patrimônio separado.
- b) Adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos beneficiários e de terceiros interessados ou não interessados, bem como à realização dos créditos afetados ao patrimônio separado, caso a companhia securitizadora não o faça.
- c) Promover, na forma em que dispuser o Termo de Securitização de Créditos, a liquidação do patrimônio separado.
- d) Exercer, na hipótese de insolvência da companhia securitizadora, a administração do patrimônio separado.

04. Leonardo, Brasileiro, contratou a empresa de arquitetura e urbanismo *Urbanstic LLC*, situada nos Estados Unidos, para reestruturar alguns prédios dos quais é proprietário. Ficou pactuado entre as partes que os papéis de parede seriam fornecidos pela empresa. Para fechar negócio, um preposto da *Urbanstic LLC* viajou até o Brasil e fechou contrato com Leonardo. Ocorre, porém, que logo que as obras se iniciaram, o contratante percebeu que não foram fornecidos os papéis de parede. Diante da situação narrada e de acordo com o Dec-lei 4.657/1942, é correto afirmar que:

- a) Para requerer judicialmente a prestação dos papéis de parede, Leonardo deverá fazê-lo de acordo com o regramento estadunidense, dado o caráter internacional da empresa que contratou.
- b) Para requerer judicialmente a prestação dos papéis de parede, Leonardo deverá valer-se de qualquer uma das leis, dada a multinacionalidade do contrato.
- c) Para requerer judicialmente a prestação dos papéis de parede, Leonardo deverá contratar um árbitro, uma vez que se trata de contrato neutro, sem nacionalidade específica, em razão de sua multinacionalidade.
- d) Para requerer judicialmente a prestação dos papéis de parede, Leonardo deverá valer-se da lei brasileira, uma vez que a obrigação de fornecer tais materiais foi constituída no Brasil.

05. Em se tratando da prescrição, é correto afirmar, segundo o Código Civil de 2002, que não corre a prescrição:

- a) Contra os ausentes do país em razão de serviço privado, derivado de vínculo empregatício com empresa brasileira.
- b) Entre os ascendentes e descendentes, inclusive após o término do poder familiar.
- c) Contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

d) Contra os relativamente e os absolutamente incapazes.

06. Em se tratando do domicílio da pessoa natural e da pessoa jurídica, assinale a alternativa correta segundo o que dispõe o Código Civil de 2002:

- a) O domicílio da pessoa natural é o local em que ela estabelece residência, independentemente do ânimo, uma vez que a mera comprovação da residência é suficiente para ser, tal local, considerado domicílio.
- b) O domicílio do preso é o último local em que estabeleceu residência com ânimo definitivo.
- c) Pode ser domicílio da pessoa jurídica, o local onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos.
- d) Aquele que não tem residência habitual terá como domicílio sempre o último local em que se encontrava.

07. Segundo disposição do Código Civil de 2002, não são considerados bens públicos:

- a) Os prédios destinados ao estabelecimento da administração da prefeitura dos municípios.
- b) Os prédios e veículos automotores pertencentes às entidades Públicas Estaduais.
- c) Os prédios pertencentes à União.
- d) Os veículos pertencentes aos servidores públicos.

08. Em ano de eleição, Fernando, eleitor do candidato X e Lucas, eleitor do candidato Y, apostaram que deveria pagar a quantia de R\$ 10.000, aquele que tivesse o candidato perdedor. Ambos convocaram seus advogados e lavraram documento particular oficializando a aposta. Passada a apuração dos votos, o candidato Y foi vencedor. Diante de tais fatos e, segundo disposição do Código Civil de 2002:

- a) Lucas pode cobrar judicialmente a quantia devida por Fernando, uma vez que houve a lavratura de documento particular o qual é considerado título executivo extrajudicial.
- b) Lucas não poderá se utilizar do documento particular para cobrar a dívida, uma vez que tais tipos de dívida não obrigam o pagamento.
- c) Lucas poderá cobrar a dívida de Fernando, porém, somente por meios extrajudiciais, em razão do caráter da dívida.
- d) Lucas não poderá cobrar a dívida se utilizando do título executivo extrajudicial. Por isso, caso Fernando tenha efetuado o pagamento da dívida, poderá recobrar o pagamento efetuado.

09. Em se tratando da aceitação e da renúncia da herança, de acordo com a disposição do Código Civil de 2002, é correto afirmar que:

- a) A aceitação da herança, quando expressa, faz-se por declaração escrita.
- b) A responsabilidade pelos atos oficiosos, como o funeral do finado, automaticamente implica na aceitação da herança.
- c) A renúncia da herança deve constar expressamente de instrumento particular ou termo judicial.
- d) É expressamente permitida a aceitação ou renúncia da herança em parte, sob condição ou a termo.

10. Ao que diz respeito às associações e às fundações, é correto afirmar, de acordo com o Código Civil de 2002 que:

- a) O estatuto da associação que não contém os direitos e deveres dos associados pode ser anulado.
- b) As associações podem se constituir pela união de pessoas que se organizem para fins lucrativos ou não econômicos.
- c) É impossível a criação de uma fundação por meio de testamento, uma vez que o Código Civil veda a negociação da herança de pessoa viva.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante, a menos que o instituidor tenha disposto de outro modo.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

11. Quanto aos Procedimentos Especiais e sua disciplina no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A modalidade de consignação em pagamento extrajudicial prevista no parágrafo primeiro do art. 539 do Código de Processo Civil não é obrigatória, constituindo-se em faculdade do devedor fazer uso dessa ferramenta legal.
- b) Requerer-se-á a consignação no domicílio do credor, em qualquer hipótese.
- c) A legitimidade ativa para a propositura da ação de consignação é do devedor, não se estendendo a terceiro.
- d) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, diante do rito especial previsto para a ação de consignação e pagamento, torna-se inviável a cumulação do pedido consignatório com outros pedidos no mesmo processo.

12. Acerca das ações possessórias, assinale a alternativa correta.

- a) A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados.
- b) É ilícito ao autor cumular ao pedido possessório pedido de condenação em perdas e danos ou indenização dos frutos, tendo em vista a incompatibilidade dos ritos entre as demandas.
- c) É ilícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor.
- d) Na pendência de ação possessória é autorizado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, ainda que em face ou não de terceira pessoa.

13. Considerando a disciplina processual das ações de família, no âmbito do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Na audiência, as partes poderão, caso assim o desejem, estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.
- b) A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo, enquanto os litigantes se submetem à mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
- c) A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em, no máximo, duas sessões para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.
- d) Nas ações de família, o Ministério Público intervirá em todos os procedimentos.

14. De acordo com o STF, a legitimidade ativa para execução de condenação patrimonial imposta por tribunal de contas estadual é do

- a) Tribunal de contas prolator da decisão
- b) Ente público beneficiado com a condenação
- c) Ministério Público do respectivo estado
- d) Ministério Público junto ao tribunal de contas estadual.

15. São títulos executivos extrajudiciais que dão margem a execução por quantia certa:

- a) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture, ação com cotação em bolsa e o cheque.
- b) o documento particular assinado pelo devedor.
- c) o instrumento de transação referendado por mediador credenciado ou não por tribunal.
- d) a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.

16. De acordo com as normas processuais vigentes podemos afirmar que são exemplos de títulos executivos judiciais:

- I. As sentenças estrangeiras homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça.
- II. As decisões homologatórias de autocomposição judicial.
- III. As sentenças penais condenatórias transitadas em julgado.
- IV. As decisões proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa.

A sequência correta é:

- a) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas as assertivas I, II, III estão corretas.

17. Em relação à fraude de execução, assinale a alternativa correta.

- a) O simples fato de alguém ter alienado seus bens após a citação, no processo de conhecimento, já caracteriza plenamente a fraude de execução, sejam os bens passíveis de registro ou não.
- b) Quanto aos bens imóveis, o ônus de provar sua existência pode ser satisfeito mediante averbação na matrícula do imóvel, prévia à alienação, da existência de uma ação, ainda que de natureza penal, dentre outras, que pode reduzir o devedor à insolvência.
- c) É sempre do exequente o ônus da prova da fraude de execução quando ocorrer a venda de bens não sujeitos a registro após a citação, na execução civil, ou após a intimação, no caso do cumprimento de sentença.
- d) Os atos praticados em fraude de execução são juridicamente inexistentes, independentemente de o executado ter ficado insolvente ou não.

18. Sobre a penhora de frutos e rendimentos de coisa imóvel, assinale a afirmação correta:

- a) Ordenada a penhora de frutos e rendimentos, o juiz nomeará administrador depositário, permanecendo o executado com o direito de gozo do bem.
- b) O exequente providenciará a averbação no ofício imobiliário mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial.
- c) A penhora terá eficácia perante terceiros com a simples publicação da decisão que a conceda, sendo desnecessária a averbação no ofício imobiliário.
- d) O juiz jamais poderá nomear como administrador- depositário o próprio exequente, sob pena de ferir o princípio da isonomia e do tratamento igualitário das partes.

19. Sobre as impenhorabilidades, marque a alternativa incorreta:

- a) É possível a penhora das verbas salariais do devedor para pagamento de outras dívidas, além da prestação alimentícia, desde que essa penhora preserve um valor que seja suficiente para o devedor e sua família continuarem vivendo com dignidade.
- b) De acordo com o STJ, é possível a penhora de restituição do IR caso este se mostre apenas como um reforço financeiro e não destinado ao pagamento de necessidades básicas do devedor.
- c) São impenhoráveis os equipamentos, os implementos e as máquinas agrícolas pertencentes a pessoa física ou a empresa individual produtora rural, exceto quando tais bens tenham sido objeto de financiamento e estejam vinculados em garantia a negócio jurídico ou quando respondam por dívida de natureza alimentar, trabalhista ou previdenciária.
- d) A pequena propriedade rural é impenhorável (art. 5º, XXVI, da CF/88 e o art. 833, VIII, do CPC) exceto se a dívida executada não for oriunda da atividade produtiva do imóvel.

20. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:

- a) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.
- b) A intimação em cumprimento de sentença será somente por meio eletrônico ou carta.
- c) O cumprimento de sentença não pode ser efetuado perante os tribunais de Justiça.
- d) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Henrique da Rosa

21. Em relação à política nacional das relações de consumo, é incorreto afirmar em relação a seus princípios:

- a) racionalização e melhoria dos serviços públicos e privados.
- b) educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- c) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- d) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumido.

22. É direito básico do consumidor, previsto no CDC:

- a) a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, salvo quanto aos fornecedores de serviço.
- b) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- c) o acesso aos órgãos e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados
- d) a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais, morais e individuais.

23. Em relação à convenção coletiva de consumo, é incorreto dizer que:

- a) As entidades civis de consumidores e as associações de fornecedores ou sindicatos de categoria econômica podem regular, por convenção escrita, relações de consumo.
- b) A convenção pode ter por objeto estabelecer condições e prazos relativas ao preço, à qualidade, à quantidade, à garantia e características de produtos e serviços, bem como à reclamação e composição do conflito de consumo.
- c) A convenção somente obrigará os filiados às entidades signatárias.
- d) Não se exime de cumprir a convenção o fornecedor que se desligar da entidade em data posterior ao registro do instrumento.

24. Assinale a alternativa incorreta em relação ao Código de Defesa do Consumidor:

- a) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. O Código de Defesa do Consumidor utiliza a teoria finalista, que é flexibilizada pelo STJ.
- b) O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.
- c) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, exceto os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- d) A requerimento do consumidor superendividado pessoa natural, o juiz poderá instaurar processo de repactuação de dívidas, com vistas à realização de audiência conciliatória, presidida por ele ou por conciliador credenciado no juízo, com a presença de todos os credores de dívidas previstas no art. 54-A do CDC, na qual o consumidor apresentará proposta de plano de pagamento com prazo máximo de 5 (cinco) anos, preservados o mínimo existencial, nos termos da regulamentação, e as garantias e as formas de pagamento originalmente pactuadas.

25. Assinale a alternativa correta em relação ao Código de Defesa do Consumidor:

- a) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais poderá ser apurada mediante a verificação de culpa.
- b) os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou

inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

- c) no caso de fornecimento de produtos in natura, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, mesmo quando identificado claramente seu produtor.
- d) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

26. Analise as assertivas a seguir, a respeito da habilitação à adoção:

- I – A habilitação à adoção deverá ser renovada, no mínimo, a cada dois anos, mediante avaliação por equipe interprofissional;
- II – O adotante que se candidatar a uma nova adoção estará dispensado de nova habilitação, inclusive da avaliação por equipe interprofissional;
- III – Após duas recusas injustificadas à adoção de criança ou adolescente indicado dentro do perfil escolhido, o candidato habilitado será submetido à reavaliação da habilitação concedida.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Nenhuma das assertivas está correta.
- c) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- d) Está correta apenas a assertiva II.

27. De acordo com previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, na ausência ou insuficiência de servidores públicos integrantes do Poder Judiciário responsáveis pela realização dos estudos psicossociais ou de quaisquer outras espécies de avaliações técnicas exigidas por Lei ou por determinação judicial, a autoridade judiciária poderá:

- a) requisitar a cessão de servidores do Poder Executivo estadual ou municipal para auxílio no serviço.
- b) solicitar ao Tribunal de Justiça a remoção de servidores para a realização das tarefas.
- c) proceder à nomeação de perito para a realização da tarefa.
- d) dispensar a apresentação dos estudos de maneira fundamentada.

28. A respeito da principiologia aplicável às medidas de proteção, analise as assertivas a seguir:

- I – É princípio que rege a aplicação das medidas protetivas a responsabilidade primária e solidária do poder público;
- II – A responsabilidade preponderante dos Municípios na aplicação de medidas protetivas exclui eventual entendimento segundo o qual seria solidária a responsabilidade das três esferas de governo;
- III – A responsabilidade do Poder Público não exclui a possibilidade de execução de programas por entidades não governamentais;
- IV – O Estatuto prima pela municipalização do atendimento.

Assinale a alternativa que indica TODAS as assertivas corretas:

- a) I – II – III – IV.
- b) II – III – IV.
- c) I – III – IV.
- d) I – II – IV.

29. A lavratura do auto de apreensão de adolescente poderá ser dispensada no caso de flagrante de ato infracional análogo ao crime de:

- a) Extorsão.
- b) Corrupção ativa.
- c) Lesão corporal dolosa.
- d) Estupro.

30. As entidades que promovem programa de internação têm a obrigação de reavaliar cada caso sob a sua alçada, dando ciência dos resultados à autoridade competente, no máximo, a cada:

- a) cento e vinte dias.
- b) cento e oitenta dias.
- c) três meses.
- d) seis meses.

DIREITO PENAL

Rodrigo Assumpção

31. No que se refere às regras do regime fechado, semiaberto, aberto, e ao trabalho do preso, é correto afirmar que:

- a) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno. O trabalho será em comum dentro do estabelecimento, na conformidade das aptidões ou ocupações anteriores do condenado, desde que compatíveis com a execução da pena. O trabalho externo é admissível, no regime fechado, em serviços ou obras públicas, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- b) No regime semiaberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. É vedado o trabalho externo, bem como a frequência a cursos supletivos profissionalizantes, de instrução de segundo grau ou superior, os quais são permitidos apenas ao regime aberto.
- c) O regime aberto baseia-se na autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado. O condenado deverá, fora do estabelecimento e com vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido nos dias de folga.
- d) O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral. O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social, estando sujeito ao regime da consolidação das leis do trabalho.

32. Tendo em conta as diversas modalidades de erro no código penal, é correto afirmar que:

- a) Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a

pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, este crime ficará absorvido, em função da punição do primeiro, respondendo o agente por crime único.

- b) Fora dos casos da alternativa anterior, quando, por acidente ou erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido, o agente responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposos; se ocorre também o resultado pretendido, aplica-se a regra do artigo 70 do código penal (concurso formal).
- c) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima real/ atingida, e não da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- d) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo e a culpa.

33. São circunstâncias que atenuam a pena, exceto:

- a) Ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 80 (oitenta) anos, na data da sentença.
- b) O desconhecimento da lei.
- c) Ter o agente, procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as consequências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano.
- d) Cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima.

34. Em 01/12/2021, Maria (30 anos) se encontrava dentro de um ônibus lotado, voltando do trabalho, na cidade de São Paulo. Em certo momento, notou um líquido em sua roupa. Foi quando percebeu que determinado passageiro, localizado no banco de trás, havia realizado automasturbação e ejaculado em suas costas. A polícia foi acionada, e os envolvidos levados à delegacia.

Acerca da situação hipotética narrada, assinale a alternativa correta:

- a) O passageiro cometeu uma contravenção penal.
- b) O passageiro cometeu o crime de importunação sexual (art. 215-A do CP).
- c) O passageiro cometeu o crime de violação sexual mediante fraude (art. 215 do CP).
- d) O passageiro praticou o crime estupro (art. 213 do CP).

35. Caio, conhecido traficante, convenceu Maiquinho (17 anos), morador de seu bairro, a entregar, em uma bicicleta, 200g de maconha na casa de João, um antigo “cliente” do traficante, o qual havia encomendado a droga. Durante o percurso, Maiquinho se deparou com uma viatura da polícia, que passava pela rua. Foi então que Maiquinho ficou nervoso, acabando por levantar a suspeita dos policiais, que o abordaram e encontram a droga. Nesta situação hipotética:

- a) Caio deverá responder por tráfico de drogas majorado (art. 33 c/c art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006); e por Corrupção de menores (art. 244-B do ECA).
- b) Caio deverá responder por tráfico de drogas “simples” (art. 33, caput da Lei nº 11.343/2006); e por Corrupção de menores (art. 244-B do ECA).
- c) Caio deverá responder tão somente por tráfico majorado (art. 33 c/c art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006).

d) Caio deverá responder por tráfico majorado (art. 33 c/c art. 40, VI, da Lei nº 11.343/2006); e por associação para o tráfico (art. 35 da lei 11.343/2006).

36. Em 2016, Mário foi condenado definitivamente pela prática de furto (art. 155 do CP, não hediondo). Em 2018, Mário praticou o delito de estupro (art. 213 do CP, hediondo) havendo condenação com trânsito em julgado. Em 2021, o magistrado, ao analisar o quantum necessário para progressão de regime de Mário, deverá adotar:

- a) 3/5 (três quintos) de cumprimento de pena.
- b) 60% (sessenta por cento) da pena.
- c) 50% (cinquenta por cento) da pena.
- d) 40 % (quarenta por cento da pena).

37. Com fulcro na jurisprudência sumulada do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) A execução da pena restritiva de direitos depende do trânsito em julgado da condenação.
- b) O crime de fraude à licitação é formal, e sua consumação prescinde da comprovação do prejuízo ou da obtenção de vantagem.
- c) O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- d) A folha de antecedentes criminais, por si só, não é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência.

38. Assinale a alternativa que contenha entendimento sumulado incorreto acerca da legislação penal especial:

- a) É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, admitida a combinação de leis.
- b) Para a incidência da majorante prevista no artigo 40, V, da Lei 11.343/06, é desnecessária a efetiva transposição de fronteiras entre estados da federação, sendo suficiente a demonstração inequívoca da intenção de realizar o tráfico interestadual.
- c) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.
- d) A abolitio criminis temporária prevista na Lei n. 10.826/2003 aplica-se ao crime de posse de arma de fogo de uso permitido com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado, praticado somente até 23/10/2005.

39. De acordo com entendimento jurisprudencial, é incorreto afirmar:

- a) O acórdão que confirma ou reduz a pena, é capaz de interromper a prescrição.
- b) No crime de concussão, a situação de flagrante delito configura-se no momento da exigência da vantagem indevida (e não no instante da entrega), tratando-se de crime formal.
- c) O porte de arma branca é conduta que permanece típica na Lei das Contravenções Penais.
- d) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é insuficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos

aspectos externos do material, sendo, ainda, imprescindível a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.

40. Ainda tendo como parâmetro a jurisprudência predominante, assinale a alternativa incorreta:

- a) Advogado que atua como advogado dativo, por força de convênio com o Poder Público, não pode ser considerado funcionário público para fins penais.
- b) Os elevados custos da atuação estatal para apuração da conduta criminosa e o enriquecimento ilícito obtido pelo agente não constituem motivação idônea para a valoração negativa do vetor "consequências do crime" na 1ª fase da dosimetria da pena.
- c) A tenra idade da vítima é fundamento idôneo para a majoração da pena-base do crime de homicídio pela valoração negativa das consequências do crime.
- d) O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Tavares

41. No rito do Tribunal do Júri, é atribuição do juiz-presidente:

- I - Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes.
- II - Sancionar com a redução do tempo, até pela metade, a parte que não for técnica na explanação dos seus argumentos no debate.
- III - Resolver as questões de direito suscitadas no curso do julgamento.
- IV - Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) I, III e IV.
- c) I e III.
- d) III, apenas.

42. Assinale a alternativa correta.

- a) A suspensão do processo prevista no art. 366 do CPP é uma faculdade do juiz, podendo ele deixar de aplicá-la em crimes graves, com violência ou grave ameaça.
- b) Segundo entendimento majoritário do STJ, reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, fará a proposta e posteriormente a submeterá ao Procurador-Geral.
- c) Para que se implemente o período de prova e a suspensão condicional do processo, é necessário, dentre outras, que haja denúncia oferecida e recebida, avaliando o juiz, inclusive, a justa causa.
- d) O réu que aceita a suspensão condicional do processo reconhece implicitamente a sua culpa,

de maneira que eventual responsabilidade decorrente do mesmo fato criminoso é passível de imediata liquidação e execução na esfera cível.

43. Assinale a alternativa correta.

- a) As infrações penais de menor potencial ofensivo estarão sujeitas a rito sumário no juízo comum quando encaminhadas pelo juizado especial criminal.
- b) O procedimento sumário é uma espécie de procedimento especial.
- c) A resposta à acusação é dispensável em caso de citação pessoal do réu.
- d) De acordo com a reforma de 2008, abandonou-se o sistema do 'cross-examination' na inquirição de testemunhas, adotando-se o sistema presidencialista.

44. Assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a jurisprudência majoritária do STJ, a competência do Juizado é afastada em caso de concurso de infrações penais de menor potencial ofensivo, quando a soma das penas máximas ultrapassa dois anos.
- b) De acordo com o procedimento ordinário, a denúncia deve ser recebida somente após a resposta do réu, viabilizando-lhe contraditório.
- c) Quando o réu é citado pessoalmente e não apresenta resposta à acusação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados.
- d) O procedimento sumaríssimo será utilizado quando a ação penal tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

45. Assinale a alternativa correta.

- a) Não existe nenhuma previsão legal de prioridade de tramitação de processo relacionada à natureza do crime.
- b) O procedimento ordinário será adotado em relação aos crimes punidos com reclusão.
- c) As disposições do procedimento ordinário têm aplicação subsidiária em relação ao rito aplicado num processo que apura o crime de tráfico de drogas (Lei 11.343/06).
- d) As hipóteses de rejeição da denúncia, previstas no art. 395 do CPP, são restritas ao procedimento comum.

46. Sobre o Tribunal do Júri, assinale a alternativa incorreta.

- a) A sentença proferida no Tribunal do Júri, conforme a gravidade da sanção, admite execução provisória da pena.
- b) O princípio da soberania dos veredictos não se aplica à decisão do juiz presidente do Tribunal do Júri.
- c) De acordo com o entendimento majoritário da jurisprudência, não é cabível a absolvição sumária do art. 397 do CPP no procedimento do júri.
- d) O juiz presidente do Tribunal do Júri é que detém competência para determinar o desaforamento.

47. De acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores acerca do procedimento do Tribunal do Júri, é correto afirmar que:

- a) em razão do princípio *in dubio pro societate*, ao final da primeira fase, salvo situação manifesta, resguarda-se ao Conselho de Sentença a definição sobre causa excludente de ilicitude.
- b) é imprescindível a apresentação das alegações finais pela defesa em processos de competência do Tribunal do Júri.

c) nos crimes afetos à competência do Tribunal do Júri, cabe apenas ao juiz singular a decretação da perda do cargo ou função pública.

d) o afastamento de qualificadoras na decisão de pronúncia jamais é admitido, sob pena de usurpação da competência constitucionalmente atribuída ao Conselho de Sentença.

48. Atento ao entendimento dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta sobre transação penal e suspensão condicional do processo.

a) Segundo jurisprudência atual e majoritária do Superior Tribunal de Justiça, a suspensão condicional do processo constitui um direito subjetivo do acusado.

b) A suspensão condicional do processo e a transação penal poderão ser aplicadas nos delitos sujeitos à Lei Maria da Penha somente se o acusado não agiu com violência ou grave ameaça.

c) A transação penal e a suspensão condicional do processo são poderes-deveres do Ministério Público e o seu cumprimento tem como consequência a extinção da punibilidade.

d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material. Contudo, se descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

49. Em relação aos Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir:

I - O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

II - A citação será pessoal e far-se-á no próprio Juizado, sempre que possível, ou por mandado.

III - Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

Assinale

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

50. Sobre as diferenças entre o procedimento ordinário e o sumário, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para realização da audiência de instrução e julgamento, tanto no procedimento ordinário quanto no sumário, será de 60 (sessenta) dias.
- b) No rito ordinário é possível a oitiva de até 8 (oito) testemunhas de acusação e 8 (oito) de defesa, enquanto no procedimento sumário cada parte pode ouvir apenas 4 (quatro) testemunhas.
- c) No rito ordinário há expressa previsão legal para o requerimento de diligências pelas partes ao final da instrução.

d) No rito ordinário não existe a previsão de substituição das alegações finais orais por memoriais.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

51. A respeito dos elementos da Constituição, segundo doutrina de José Afonso da Silva, indique a assertiva correta.

- a) Os títulos III e IV da Constituição Federal (Organização do Estado e Organização dos Poderes) são exemplos de elementos orgânicos.
- b) Os elementos limitativos expressam o compromisso constitucional entre o Estado individualista e o Estado intervencionista.
- c) Os direitos e garantias fundamentais constituem elementos socioideológicos da Constituição.
- d) Os elementos de aplicabilidade fixam as normas direcionadas à defesa do Estado e de suas instituições democráticas.

52. O sentido que define a Constituição como um sistema de normas jurídicas, sem dar relevância a questões filosóficas, políticas ou sociológicas, conforme posicionamento doutrinário, relaciona-se ao conceito

- a) Político.
- b) Sociológico.
- c) Jurídico.
- d) Ontológico.

53. Sobre o direito de reunião, conforme redação da Constituição Federal e segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa incorreta.

- a) Estrangeiros residentes no Brasil, ainda que em condição ilegal, têm o direito de se reunir pacificamente em espaços abertos ao público, para reivindicação de direitos e para protestos, independentemente de autorização, desde que sem armas e que não haja frustração de outra reunião marcada para o mesmo local e horário.
- b) O exercício do direito de reunião não está condicionado a qualquer autorização do Poder Público e não depende de prévio aviso à autoridade competente, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, obedecidas as exigências constitucionais.
- c) O direito de reunião, ainda que exercido no seio de associações, poderá sofrer restrição durante o estado de defesa.
- d) A Constituição Federal a todos assegura a reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público. A vedação constitucional de armas não se estende àqueles que têm o porte, como é o caso de policiais penais.

54. O Presidente da República editou medida provisória para admitir que refugiados residentes no Brasil há mais de seis meses possam ser naturalizados brasileiros, desde que não possuam condenação criminal. A respeito do assunto, aponte a alternativa incorreta.

- a) As medidas provisórias rejeitadas perdem a eficácia desde a sua edição.
- b) É vedada a edição de medida provisória sobre nacionalidade.
- c) O quórum necessário para a aprovação de medida provisória é o de maioria simples,

exigindo-se votação em cada Casa do Congresso Nacional separadamente.

- d) A medida provisória somente produzirá efeitos após o parecer favorável da comissão mista.

55. Tramita no Congresso Nacional proposta de emenda à Constituição (PEC) que, a pretexto de promover o reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, viola claramente garantia individual prevista na Lei Maior. A respeito do fato narrado, para combater a deliberação da PEC, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, admite-se

- a) mandado de segurança, impetrado por parlamentar da Casa em que tramita a proposta.
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental
- c) ação civil pública.
- d) ação direta de inconstitucionalidade.

56. O Estado de Goiás, mediante lei de iniciativa parlamentar, alterou atribuições do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Inconformado, o Governador ajuizou ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, para requerer a declaração de inconstitucionalidade formal, por vício de iniciativa, da norma estadual. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

- a) O Governador de Goiás, embora seja um dos legitimados ativos da ação direta de inconstitucionalidade, deveria ter endereçado a petição ao Tribunal de Justiça e não ao Supremo Tribunal Federal, uma vez que a norma atacada não tem alcance nacional.
- b) A lei estadual é formalmente inconstitucional, uma vez que o projeto só poderia ter sido apresentado pelo Governador.

c) Não há qualquer vício no processo legislativo, uma vez que a Constituição Federal não reservou a matéria à iniciativa do Chefe do Executivo.

d) A lei estadual sob comento só poderia ser atacada perante o Supremo Tribunal Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental.

57. Fernandes é espanhol nato e brasileiro naturalizado. Em 2018, em viagem para a Espanha, após ter adquirido a nacionalidade brasileira, matou um antigo desafeto. Em 2020, a Espanha solicitou ao Brasil a extradição de Fernandes. A respeito do caso narrado, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.

b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.

c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.

d) Fernandes não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

58. A respeito da competência para legislar sobre direito penitenciário, indique a alternativa incorreta.

a) A competência legislativa é privativa da União.

b) A competência é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

c) Os Estados exercem competência suplementar sobre o tema.

d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

59. O artigo 29 da Lei 7.210/1984 estabelece que “o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.” A respeito do tema, considerando o disposto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a alternativa correta.

a) O dispositivo legal, ao fixar a remuneração do preso em patamar inferior ao salário mínimo, afrontou norma constitucional que assegura direito do trabalhador.

b) O preso, no exercício de atividade laboral é equiparado aos demais trabalhadores e faz jus aos direitos prescritos na Consolidação das Leis do Trabalho e no artigo 7º da Constituição Federal.

c) O dispositivo legal afronta norma constitucional e pode ser combatido por meio de ação direta de inconstitucionalidade, cuja competência originária é do Supremo Tribunal Federal.

d) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o patamar mínimo diferenciado de remuneração dos presos previsto no dispositivo legal não representa violação aos princípios da dignidade humana e da isonomia, sendo inaplicável à hipótese a garantia de salário mínimo prevista no artigo 7º, IV, da Constituição Federal.

60. A respeito das Funções essenciais à Justiça, indique a alternativa INCORRETA.

b) A unidade, a indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

a) Segundo posicionamento doutrinário majoritário, o Ministério Público, por ser instituição permanente destinada a defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, não pode ser extinto nem mesmo por emenda à Constituição.

c) Vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio são garantias constitucionais de magistrados, membros do Ministério Público e defensores públicos. Servidores de carreira da advocacia pública não são vitalícios, mas apenas estáveis, após três anos de exercício.

d) A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional representa a União na execução da dívida ativa de natureza tributária.

termos descritos, configura óbice, enquanto produzir efeitos, ao exercício de direitos políticos.

b) não deve ser acolhida, pois a cidadania passiva, por ter estatura constitucional, é insuscetível de ser restringida.

c) não deve ser acolhida, pois a condenação penal transitada em julgado somente restringe o exercício de direito políticos quando aplicada pena privativa de liberdade.

d) deve ser acolhida, pois a condenação penal, enquanto produzir efeitos, acarreta a perda dos direitos políticos, ainda que aplicada pena restritiva de direitos.

62. João e Antônio eram casados com influentes políticas de determinada região do país, sendo ambas Prefeitas Municipais. João almejava iniciar sua carreira política concorrendo ao cargo de vereador, nas próximas eleições, no mesmo Município em que sua esposa chefiava, pela segunda vez consecutiva, o Poder Executivo municipal. Antônio, por sua vez, almejava concorrer ao cargo de Prefeito Municipal, nas próximas eleições, no mesmo Município chefiado por sua esposa. Um ano antes da eleição, Antônio se divorciou de sua esposa.

À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

a) apenas João está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo;

b) apenas Antônio está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo;

c) João e Antônio estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos;

d) João e Antônio não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos;

DIREITO ELEITORAL

Rafael Barretto

61. O Partido Político "X" promoveu o registro de candidatura de Pato Donald, perante a Justiça Eleitoral, para concorrer ao cargo de Governador. Mickey Mouse, candidato ao mesmo cargo, ingressou com ação de impugnação de registro, argumentando que Pato Donald estaria com a cidadania passiva restringida, por estar cumprindo pena restritiva de direitos, em substituição à pena privativa de liberdade, aplicada, pela Justiça Estadual, em processo penal no qual fora condenado com sentença transitada em julgado. É correto afirmar que a impugnação ao pedido de registro:

a) deve ser acolhida, pois a condenação penal, ainda que aplicada pena restritiva de direitos nos

63. Acerca da participação política feminina, é correto afirmar que:

- a) a candidata, ao receber a verba oriunda da reserva de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) destinada ao custeio das candidaturas femininas, pode utilizá-la no interesse exclusivo de sua campanha, em outras campanhas femininas ou exclusivamente para financiar candidaturas masculinas;
- b) a previsão de reserva de vagas para candidaturas proporcionais aplica-se à composição das comissões executivas e diretórios nacionais, estaduais e municipais dos partidos políticos, de suas comissões provisórias e demais órgãos equivalentes, e sua inobservância acarreta o indeferimento dos pedidos de anotação dos órgãos de direção partidária formulados junto à Justiça Eleitoral;
- c) a formalização de renúncia por candidata ao pleito proporcional, após o transcurso do prazo para substituição das candidaturas, previsto no Art. 13, § 3º, da Lei nº 9.504/1997, acarreta penalização ao partido político por burlar a regra de observância aos percentuais de gênero.
- d) Para fins de distribuição entre os partidos políticos dos recursos do fundo partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), os votos dados a candidatas mulheres para a Câmara dos Deputados nas eleições realizadas de 2022 a 2030 serão contados em dobro

64. As ações eleitorais têm por objetivo assegurar que o mandato eletivo seja exercido por quem efetivamente esteja legitimado e, por isso, cada fase do processo eletivo conta com mecanismos de atuação judicial.

Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) a captação ilícita de sufrágio se caracteriza pelo pedido explícito de voto feito pelo candidato ao doar, oferecer ou prometer a entrega de bem ou

vantagem ao eleitor, e sujeita o infrator ao pagamento de multa e cassação do registro ou do diploma;

- b) a Ação de Investigação Judicial Eleitoral tem por objetivo apurar uso, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou partido político, praticados a partir do registro de candidatura;

- c) a Ação de Impugnação de Mandato Eletivo pode ser proposta até a diplomação do candidato, tem por fundamentos abuso de poder econômico, corrupção e fraude, e objetiva impedir que o mandato eletivo seja exercido por quem alcançou a representação política com emprego de práticas ilícitas;

- d) a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura objetiva impedir que o registro seja deferido por ausência de condição de elegibilidade, por incidência de uma ou mais causas de inelegibilidade ou por falta de cumprimento de formalidade legal. A inelegibilidade superveniente ao registro da candidatura pode ser apreciada através de Recurso contra a Expedição de Diploma.

65. Os partidos políticos

- a) que tenham registrado seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral podem, nos termos da lei, participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, além de ter assegurada a exclusividade de sua denominação, sigla e símbolos, vedada a utilização, por outros partidos, de variações que venham a induzir a erro ou confusão.
- b) podem ter caráter nacional ou regional, na medida em que o artigo 17 da Constituição Federal consagra o princípio da liberdade de criação dos partidos políticos.
- c) ostentam natureza jurídica híbrida, pois são pessoas jurídicas de direito privado que se equiparam a entidades paraestatais.
- d) podem participar das eleições desde que tenham, a qualquer tempo, registrado seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral, bem como constituído órgão de direção na circunscrição até a data da convenção.

66. A ação de impugnação de mandato eletivo (AIME)

- a) acarreta, se julgada procedente, a desconstituição do mandato, com afastamento do impugnado do cargo.
- b) pode ter como causa de pedir a ausência de condição de elegibilidade ou a presença de causa de inelegibilidade.
- c) tem por objetivos a cassação do registro ou diploma de candidato e a imposição de inelegibilidade.
- d) deve ser proposta no prazo decadencial de trinta dias contados da data da diplomação.

67. A respeito da organização da Justiça Eleitoral, é incorreto afirmar que:

- a) a Justiça Eleitoral é composta pelos seguintes órgãos: Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais, Juntas Eleitorais.
- b) A Justiça Eleitoral desempenha, além das funções administrativa, jurisdicional e normativa, a função consultiva.
- c) Os juízes de direito que exercem funções eleitorais são designados para exercer a judicatura eleitoral em caráter vitalício.
- d) A zona eleitoral é o espaço territorial sob a jurisdição do juiz eleitoral para fins de organização do eleitorado, podendo ser dividida em seções eleitorais.

68. A inelegibilidade reflexa

- a) alcança o cônjuge e parentes dos chefes do Poder Executivo e dos seus respectivos vices, mesmo que estes não os tenham substituído durante o mandato.
- b) não incide se o cônjuge ou parente do titular do mandato também já for titular de mandato eletivo; logo, se o filho do Presidente da República já for vereador, será elegível para o cargo de Deputado Federal.
- c) é aquela que atinge o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, em qualquer grau, do titular do mandato.
- d) é espécie de inelegibilidade constitucional e, portanto, não se sujeita à preclusão temporal, podendo ser arguida tanto na impugnação do registro de candidatura quanto no recurso contra expedição de diploma.

69. Pato Donald, prefeito municipal eleito duas vezes consecutivas em sua cidade natal, candidata-se, na sequência, ao cargo de prefeito municipal da cidade vizinha, para onde se mudou e transferiu seu domicílio eleitoral de forma regular e dentro do prazo legal das inscrições. Diante desse quadro, é possível afirmar que

- a) a vedação à reeleição para mais de um período é hipótese de inelegibilidade relativa e somente poderá ser positivada se houver impugnação ao pedido de registro de sua candidatura.
- b) é válida sua candidatura, uma vez que a norma que prevê a reeleição para cargos majoritários é omissa, donde é permitido concluir que ela veda a reeleição para mais de um período para a mesma cidade.
- c) a vedação legal atinge somente os cargos de presidente e governador, excluindo o cargo de prefeito, em respeito à soberania dos municípios.
- d) Pato Donald está inelegível, pois a Constituição Federal proíbe o exercício de terceiro mandato de Prefeito seguido, independentemente de ser ele exercido na mesma cidade ou em municípios diferentes

70. Considerando o entendimento do TSE acerca dos crimes eleitorais e do processo penal eleitoral, assinale a opção correta.

Alternativas

- a) A improcedência de demanda na justiça eleitoral prejudica o processamento dos mesmos fatos no âmbito criminal.
- b) Admite-se queixa-crime em ação penal privada subsidiária quando caracterizada a inércia absoluta do representante do Ministério Público.
- c) A competência criminal da justiça eleitoral não se estende aos crimes conexos aos crimes eleitorais.
- d) Discurso ofensivo com afirmações genéricas contra a honra de candidato configura crime de calúnia eleitoral.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

71. Carlos, produtor rural, não está inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis (Junta Comercial) como empresário, mas está em dia com a Declaração de Informações Fiscais de Pessoa Jurídica (DIPJ). Nesse caso a documentação está adequada, e, para requerer a recuperação judicial será necessário comprovar o exercício de sua atividade há mais de

- a) 1 ano.
- b) 5 anos.
- c) 2 anos.
- d) Carlos não poderá pedir recuperação judicial nessas condições.

72. O endosso e aval são atos típicos dos títulos de crédito, dentre eles a Letra de Câmbio. A respeito dos atos cambiários, prevê o Anexo I do Decreto 57.663/66:

- a) É admitido o endosso parcial.
- b) O endossante poderá inserir cláusula que subordine o endosso ao cumprimento de uma condição.
- c) O aval não admite a forma parcial.
- d) O endosso posterior ao vencimento produz os mesmos efeitos que o anterior.

73. Sobre os seguintes títulos de crédito, é correto afirmar que

- a) A duplicata não aceita deve ser protestada para que haja pretensão executiva contra o devedor principal.
- b) na Cédula de Produto Rural física, o endossante responde pela entrega do produto.
- c) no cheque, o endosso parcial é admitido, desde que aposto de maneira inequívoca no título.
- d) nos títulos atípicos, é vedado o pagamento parcial da soma constante do título.

74. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

- a) As quotas podem ser iguais ou desiguais.
- b) As omissões do seu regime legal são, em qualquer hipótese, supridas pelas normas de sociedades anônimas.
- c) A aprovação de exclusão de sócio deve levar em consideração a unanimidade de sócios.
- d) Qualquer sócio minoritário pode eleger, separadamente, um membro do conselho fiscal.

75. Assinale a alternativa correta.

- a) O conselho de administração é órgão obrigatório apenas em companhias fechadas.
- b) O voto não é direito essencial do acionista.
- c) Na sociedade por ações, a responsabilidade dos acionistas será limitada ao valor de emissão das ações subscritas, e responderão solidariamente pela integralização do capital.
- d) Na sociedade limitada, a responsabilidade é subsidiária para a integralização do capital.

76. Responda de acordo com o Código Civil Brasileiro, assinalando a assertiva CORRETA:

- a) A sociedade anônima funciona sob firma integrada pelo vocábulo "companhia".
- b) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores que assim empregarem a firma ou a denominação da sociedade.
- c) A sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob denominação.
- d) Cabe ao prejudicado, no prazo de cinco anos, ação para anular a constituição da pessoa jurídica por violação da lei ou do contrato.

77. Sobre os seguintes contratos empresariais, é correto afirmar que

- a) A entrega judicial forçada dos bens integrantes de contrato de comissão mercantil, ainda que estejam assinados por duas testemunhas não comporta ação executiva, em vista de sua iliquidez.
- b) O agenciado não pode cumular a função de distribuidor nos contratos de agência regidos pelo código civil.
- c) nas locações em shopping centers, o locador pode recusar a renovação se o imóvel vier a ser utilizado por ele.
- d) a cláusula "*del credere*" é típica dos contratos de comissão mercantil.

78. De acordo com a atual redação da Lei n.º 11.101/2005, o pedido de recuperação judicial, com base em plano especial para microempresas e empresas de pequeno porte,

- a) é obrigatório para as microempresas e facultativo para as empresas de pequeno porte.
- b) é obrigatório para o produtor rural, desde que esteja em dia com a declaração de informações fiscais de pessoa jurídica (DIPJ).
- c) abrange as empresas em formação, cujos atos constitutivos não tenham sido levados a registro no órgão competente.
- d) abrangerá todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos, em regra.

79. O contrato em que uma pessoa assume, em caráter não eventual e sem vínculos de dependência, a obrigação de promover, à conta de outra, mediante retribuição, a realização de certos negócios, em zona determinada. Considerando-se essa situação hipotética, é correto afirmar que esse contrato é um

- a) Mútuo mercantil
- b) Comissão mercantil
- c) Agência
- d) Concessão

80. Com relação a consórcios, a Lei das Sociedades Anônimas dispõe que

- a) o consórcio não tem personalidade jurídica.
- b) o consórcio assume personalidade jurídica nas mesmas condições que o grupo de sociedades.
- c) a falência de uma consorciada é motivo de extinção do consórcio.
- d) o consórcio será constituído por estatuto social, tanto quanto o grupo de sociedades.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rogério Cunha

81. Considerando o entendimento sumulado do STJ sobre o ICMS, assinale a opção INCORRETA:

- a) O ICMS não incide sobre o serviço de habilitação de telefone celular.
- b) Os descontos incondicionais nas operações mercantis não se incluem na base de cálculo do ICMS.
- c) Na venda pelo segurador, de bens salvados de sinistros, incide o ICMS.
- d) Nas operações com cartão de crédito, os encargos relativos ao financiamento não são considerados no cálculo do ICMS

82. Sobre as normas previstas no Código Tributário Nacional para a legislação tributária, assinale a opção correta.

- a) O emprego da equidade poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.
- b) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- c) A observância das normas complementares exclui a imposição de penalidades, ressalvada a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo
- d) é necessária lei em sentido formal para a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo, em qualquer situação

83. Sobre o Imposto sobre Propriedade territorial urbana – IPTU, assinale a opção incorreta:

- a) A incidência do IPTU sobre imóvel situado em área considerada pela lei local como urbanizável ou de expansão urbana está condicionada à existência dos melhoramentos elencados no art. 32, § 1º, do CTN.
- b) O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço.
- c) Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
- d) É defeso, ao município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

84. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação:

- a) Em primeiro lugar, aos débitos decorrentes de responsabilidade tributária, e em segundo lugar os por obrigação própria.
- b) Primeiramente, às contribuições de melhoria, depois às taxas e por fim aos impostos.
- c) Na ordem decrescente dos prazos de prescrição.
- d) Na ordem crescente dos montantes

85. A aprovação de isenções ou benefícios fiscais de ICMS depende de aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária pelo seguinte quórum:

- a) Unanimidade dos membros presentes
- b) Maioria Absoluta dos membros
- c) Maioria simples dos presentes
- d) dois terços (2/3) dos membros

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

86. Quanto à responsabilidade ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa ou dolo.
- b) O Estado de Minas Gerais pode, através de sua Assembleia Legislativa, criar novos crimes ambientais, a fim de aumentar a proteção do meio ambiente.
- c) A responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária.

d) A doutrina majoritária não admite a imputação de crime ambiental à pessoa jurídica.

87. Assinale a alternativa correta quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC.

- a) Considera-se corredor ecológico o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.
- b) Um dos objetivos do SNUC é proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.
- c) O órgão central do SNUC é o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
- d) O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

88. Acerca da outorga de uso de recursos hídricos, assinale a alternativa correta.

- a) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso unitário destes.
- b) A outorga efetivar-se-á por ato da autoridade competente do Poder Executivo Federal, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) A outorga implica a alienação parcial das águas, que passam a ser de titularidade do outorgado.
- d) Toda outorga de direitos de uso de recursos hídricos far-se-á por prazo não excedente a trinta e cinco anos, renovável.

89. Segundo o código floresta considera-se área de preservação permanente – APP:

- a) Em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado.
- b) As áreas em altitude superior a 800 (oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.
- c) As bordas dos tabuleiros ou chapadas, até a linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 50 (cinquenta) metros em projeções horizontais.
- d) As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 30 (trinta) metros.

90. Assinale a alternativa correta quanto à servidão ambiental.

- a) A servidão ambiental se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.
- b) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.
- c) O prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de 20 (vinte) anos.
- d) O detentor da servidão ambiental não poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, haja vista o princípio da proteção integral do meio ambiente.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

91. A Administração Pública em sentido formal, subjetivo ou orgânico diz respeito às pessoas, às entidades e aos órgãos integrantes do aparato estatal, além dos agentes públicos, por meio dos quais é manifestada a vontade dos órgãos.

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Pessoa jurídica de direito público não tem direito à indenização por danos morais relacionados à violação da honra ou da imagem.
- b) O órgão público possui personalidade jurídica.
- c) Compete à justiça comum estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte sociedade de economia mista e os crimes praticados em seu detrimento.
- d) A OAB possui natureza jurídica de autarquia, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito público.

92. À luz do entendimento dos Tribunais Superiores sobre o processo administrativo disciplinar, assinale a alternativa incorreta:

- a) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar não prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
- b) É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- c) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- d) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.

93. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.
- b) A Administração não poderá adquirir bens através de usucapião.
- c) Não incide IPTU sobre bem público cedido a pessoa jurídica de direito privado.
- d) A permissão de uso pode ser transferida para outro particular ainda que não haja consentimento da Administração;

94. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) No ato composto, a manifestação acessória pode receber a denominação de homologação.
- b) O elemento competência é sempre vinculado.
- c) É vedada a delegação de competência para a edição de atos de caráter normativo.
- d) A remoção, de ofício ou a pedido do servidor, é ato vinculado.

95. A fundação é um patrimônio personalizado, que presta atividade não lucrativa e com um objetivo social e interesse coletivo, tais como a assistência social, educação, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico e do meio ambiente, saúde, segurança alimentar e nutricional, dentre outros. Sobre as fundações, assinale a alternativa incorreta.

- a) As fundações públicas de direito público são criadas da mesma forma que as autarquias.
- b) Em regra, os bens das fundações públicas de direito privado não gozam de impenhorabilidade.
- c) As fundações públicas de direito privado fazem jus à isenção das custas processuais.

d) A contratação de obras e serviços pelas fundações públicas de direito privado devem ser precedidas de licitação.

96. De acordo com a Constituição Federal, os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei. Sobre os agentes públicos, assinale a opção incorreta.

- a) É possível a acumulação de cargos por profissionais da área de saúde, nos termos do que autoriza a Constituição Federal, admitindo-se que a jornada semanal ultrapasse 60 horas.
- b) Os membros da Magistratura e do Ministério Público são considerados agentes políticos.
- c) A nomeação tardia em concursos públicos não gera direito à promoção retroativa.
- d) Apenas os servidores efetivos podem ser estatutários.

97. Sobre a improbidade administrativa, à luz das disposições legais e jurisprudenciais, assinale a alternativa correta.

- a) O Presidente da República está sujeito ao duplo regime sancionatório.
- b) Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas nas ações de improbidade administrativa.
- c) Os agentes políticos municipais não se submetem às disposições da Lei de Improbidade Administrativa.
- d) É possível a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra o particular.

98. Com base nas disposições trazidas pela Lei n. 14.133/2021 sobre as licitações, assinale a alternativa correta.

- a) Não se admite o empate ficto em relação às propostas apresentadas pelas empresas de pequeno porte.
- b) O sobrepreço versa sobre falha na contratação, ao passo que o superfaturamento versa sobre falha na execução do contrato.
- c) O princípio da igualdade é absoluto, e não admite relativizações, ainda que estabelecidas pela lei.
- d) O princípio da publicidade veda que o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, ainda que devidamente justificado.

99. A responsabilidade civil da Administração Pública é o dever de reparação dos danos, patrimoniais ou extrapatrimoniais, causados a terceiros pela conduta estatal, seja comissiva ou omissiva. Com base nas disposições doutrinárias e jurisprudenciais, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a teoria da responsabilidade objetiva, é desnecessária a aferição de qualquer aspecto relacionado ao elemento subjetivo do agente público.
- b) O Estado possui responsabilidade subsidiária e subjetiva pelos danos causados pela Administração indireta ou pelas concessionárias e permissionárias de serviços públicos.
- c) No caso de dano decorrente de atividade nuclear será adotada a teoria do risco administrativo.
- d) O caso fortuito e a força maior não são causas excludentes da responsabilidade do Estado.

100. Poder Funcional são os meios e instrumentos para o exercício da função administrativa. São prerrogativas concedidas à Administração Pública para cumprimento de suas finalidades. Com base nos poderes funcionais administrativos, assinale a alternativa incorreta.

- a) De acordo com o STF, a ordem de polícia é delegável para entidades privadas da Administração indireta de capital social majoritariamente público, que prestem serviços públicos de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- b) O controle hierárquico é permanente, irrestrito e automático, não dependendo de lei que o preveja expressamente.
- c) A atividade de fiscalização exercida dentro do poder de polícia é, em regra, preventiva e não repressiva.
- d) A aplicação da pena de demissão do servidor, quando comprovado que a conduta do investigado se amolda à hipótese, é ato vinculado.

Preencha seu Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Juiz-TJMG-12-12-2021>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
